

No dia 16 de fevereiro, o então chefe de gabinete do Ministério da Saúde (MS), Mozart Sales, assumia a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Sgtes/MS) e o desafio de avançar em direção ao acesso aos serviços de saúde com qualidade. Em entrevista à RET-SUS, ele traça um panorama das áreas da gestão do trabalho e da educação na Saúde, revela como essas áreas deverão avançar nos próximos anos e avalia as políticas de formação e desenvolvimento profissional para a área. "Os avanços pretendidos e os desafios se juntam em objetivos e plano estratégico que buscam imprimir qualidade às ações e serviços de atenção à saúde", afirma Sales, na seção 'Entrevista'.

À matéria de capa desta edição coube o debate sobre a democratização das relações de trabalho, por meio do fortalecimento e da ampliação de mecanismos e espaços de participação, e a valorização dos trabalhadores do SUS, como questões centrais para gestores e trabalhadores do SUS. Os temas permearam o 2º Encontro Nacional de Gestores do Trabalho em Saúde, realizado em Brasília, em fevereiro.

Nesta edição, também, a seção 'Aluno em Foco' mostra o trabalho de conclusão do curso pós-técnico em Urgência e Emergência do Centro Formador de Recursos Humanos de Pessoal de Nível Médio para a Saúde, por meio do qual 27 alunos foram avaliados em um simulado de acidente automobilístico.

A primeira instituição de 'Escola em Foco' desta revista é a ETSUS Piauí, que completa sete anos neste mês de março, assumindo a missão de formar em técnicos os auxiliares de enfermagem e qualificar os agentes de endemias de todo o estado. Segunda 'Escola em Foco', o Cefor Osasco, no dia oito de março, completou 17 anos, afirmando-se um dos principais centros de formação profissional em Saúde do estado de São Paulo.

Na seção 'Em Rede', é possível conhecer os objetivos do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica destinado às Escolas Técnicas do SUS, do qual participarão 300 profissionais de 35 das 36 ETSUS. A segunda matéria desta seção trata da importância da qualificação dos trabalhadores da Saúde, com foco nos cursos oferecidos pelas escolas técnicas do SUS, no âmbito do Profaps.

Por fim, na seção 'Aconteceu', um giro pelas escolas técnicas e centros de formação profissional do SUS, começando pela Escola de Saúde Pública do Ceará, passando pela ETSUS Piauí, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Cefor Assis, em São Paulo, ETSUS Acre e Escola de Saúde Pública do Ceará. Desejamos boa leitura!

## Secretaria Executiva de Comunicação da RET-SUS

### expediente

Ano VI - nº 51 - março de 2012  
Revista RET-SUS  
Órgão oficial da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde . Brasil  
ISSN 1980-9875

**Conselho Editorial** (Membros da Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS)

**Clarice Aparecida Ferraz** (DEGES/SGTES/MS); **Gilson Cantarino O´Dwyer** (CONASS); **Márcia Cristina Marques Pinheiro** (CONASEMS); **Cláudia Maria da Silva Marques** (OPAS/ Representação Brasil); **Anna Lúcia Leandro de Abreu** (ETSUS Região Norte); **Maria José Camarão** (ETSUS Região Nordeste); **Fernanda Melo de Araujo de Moura** (ETSUS Região Centro-Oeste); **Damião Mendonça Vieira** (ETSUS Região Sudeste); **Claudia Vilela de Souza Lange** (ETSUS Região Sul).

**Tiragem** 10.000 exemplares . **Impressão:** Duo Print

#### Endereço

Secretaria Executiva de Comunicação da RET-SUS . Avenida Brasil, 4.365 - EPSJV/Fiocruz . Mangueiras . Rio de Janeiro (RJ) . Brasil  
CEP: 21.040-360 . Telefones: (21) 3865-9779 ou 9796 . retsus@fiocruz.br . www.retsus.fiocruz.br

#### Editoria

Katia Machado  
**Reportagem e redação**  
Beatriz Salomão, Jéssica Santos  
e Katia Machado  
**Projeto Gráfico e Diagramação**  
Mário Carestiatto  
**Capa**  
Mário Carestiatto  
**Assistente de Gestão**  
Fernanda Martins  
**Periodicidade**  
Mensal / Bimestral



Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Ministério da Saúde



Escola comemora aniversário, tendo como metas formar em técnicos os auxiliares de enfermagem e qualificar os agentes de endemia do Piauí.

## Novos cursos marcam os sete anos da ETSUS Piauí

### escola em foco

Beatriz Salomão

A Escola Técnica de Saúde do SUS do Piauí (ETSUS Piauí) celebra sete anos de fundação com duas missões especiais: formar em técnicos os auxiliares de enfermagem e qualificar os agentes de endemia de todo estado. Outro motivo de comemoração da escola, fundada em 2 de março de 2005, é a inauguração, ainda no segundo semestre deste ano, dos cursos técnicos em Análises Clínicas e Prótese Dentária, por meio do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps).

Carro-chefe da escola, o curso técnico em Enfermagem, que pretende capacitar os auxiliares, começou em agosto de 2011, com 30 turmas espalhadas por 19 municípios, incluindo os de Picos, Parnaíba e Floriano, onde estão os maiores hospitais do Piauí. Ao todo, 1,2 mil auxiliares de enfermagem participam da formação, que deverá ser concluída em setembro deste ano, com carga de 1.800 horas (1.200h teórico-práticas e 600h de estágio), podendo ser reduzida de acordo com o currículo do aluno. Como a meta da Secretaria Estadual de Saúde é formar 2,5 mil profissionais, a ETSUS Piauí deverá abrir novas vagas em 2013.

As 30 turmas atuais são gerenciadas por nove coordenadores regionais, e as aulas ocorrem às sextas-feiras e aos sábados, em escolas vinculadas à Secretaria Estadual de Educação. Para ministrar o conteúdo, a instituição em



foco selecionou, nos municípios sede, enfermeiros, que passaram por capacitação pedagógica de 88 horas. “Está é uma oportunidade que os auxiliares esperavam há muito tempo, pois muitos não têm condição de fazer o curso em escolas particulares”, comemora a coordenadora técnica do curso Lívia de Almeida Soares. Segundo ela, o trabalho destaca-se ainda por aproveitar a experiência que os auxiliares trazem do serviço. “Os alunos estão muito motivados e a taxa de evasão é pequena”, informa.

Para a aluna Maristela Alves Rodrigues, 47 anos e auxiliar de enfermagem há dez, o diploma pode representar mudança profissional. Moradora de Uruçuí, a 450 km da capital, desde a década de 80, ela trabalha no setor administrativo da Secretaria Estadual de Saúde. Com a formação técnica, portanto, pretende ingressar na Atenção Básica.

Ela conta que teve acesso ao curso de auxiliar de enfermagem graças ao Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae), lançado, pelo Ministério da Saúde, nos anos 2000. “É o primeiro curso técnico que eu faço na vida e estou gostando muito da forma como os professores trabalham. Admiro a Estratégia Saúde da Família, especialmente, a parte de ginecologia. Com a conclusão do curso, posso conseguir trabalhar nessa área”, idealiza.

Diretora da ETSUS, Elizete Martins de Miranda Cabedo observa que a capilaridade da formação técnica trouxe visibilidade à instituição, lembrando que a iniciativa de complementar a formação dos auxiliares é da Secretaria Estadual de Saúde, à qual a ETSUS é vinculada. “A maioria dos auxiliares veio dos hospitais e, após o término do curso, todos serão promovidos e terão aumento salarial”, informa, para quem fazer a formação representa enorme desafio para a escola. “Os coordenadores técnicos e pedagógicos viajam, semanalmente, por todo estado para verificar o andamento do curso”, salienta.

Outra experiência desafiante que trará visibilidade à ETSUS é a qualificação que será oferecida a todos os agentes de endemia do Piauí, a partir do segundo semestre deste ano de 2012. Serão capacitados 2.437 profissionais da Estratégia Saúde da Família de todo estado. Com 400 horas, o curso irá abordar assuntos como estrutura e organização da Vigilância em Saúde, sistemas de informação em saúde, anatomia e fisiologia humana, biossegurança em saúde, microbiologia e parasitologia e ética profissional. As aulas ocorrerão na sede da ETSUS Piauí, em Teresina.

Ainda no segundo semestre, serão abertos os cursos técnicos em Prótese Dentária, Análises Clínicas, Vigilância em Saúde, além da especialização pós-técnica em Mamógrafos para técnicos em radiologia. Para formar trabalhadores da saúde bucal do Piauí, está prevista uma turma de 30 alunos, com carga de 1.400 horas, ministra-

das na sede da ETSUS. “Temos profissionais que atuam no SUS, porém não temos técnicos. Há casos de pessoas que aprenderam o ofício com o dentista e não tiveram formação adequada”, explica Elizete.

O técnico em Análises Clínicas contará com quatro turmas, de 30 alunos cada, organizadas em 1.080 horas de aula, na sede da escola. Já o técnico em Vigilância em Saúde, ofertado pela terceira vez, duas turmas, com 30 alunos cada. Desde agosto de 2011, a escola já formou 113 profissionais em Teresina, Floriano e Picos. Em abril, a previsão é que 22 alunos do município de Parnaíba concluam o curso.

### ■ Trajetória institucional

Instalada no Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez (CEEPS), a ETSUS Piauí foi criada por meio do decreto estadual nº 11.655 e, desde então, já formou e capacitou cerca de 9 mil pessoas através dos cursos técnicos em Radiologia, Saúde Bucal e Vigilância em Saúde, além de aperfeiçoamentos em Terapia Neonatal e Terapia Adulto, Hemoterapia, Maternidade e Saúde do Idoso. Somente na primeira etapa formativa do curso técnico em Agente Comunitário de Saúde, a ETSUS capacitou 6.492 profissionais, divididos em 121 turmas por todo o estado.

Atualmente, além do técnico em Enfermagem, a escola oferece o técnico em Saúde Bucal (TSB) e o aperfeiçoamento em Maternidade. A instituição dispõe de sete coordenadores de curso — cedidos pela Secretaria Estadual de Educação —, além de 94 professores que trabalham nas turmas descentralizadas e na sede.

Para a coordenadora-geral da ETSUS Piauí, Maria Alzenir da Silva Gomes Araújo, o trabalho conjunto das secretarias de Educação e Saúde busca ampliar a quantidade de cursos e fortalecer a instituição, com o objetivo de melhorar a qualidade técnica dos profissionais, de acordo com as necessidades do SUS. “A nossa escola completa mais uma etapa do seu desenvolvimento, com aproveitamento máximo da equipe”, conta. Segundo ela, as metas de formação de profissionais para a saúde foram alcançadas, “o que colabora para a melhoria do atendimento e das demais áreas da Saúde Pública”, avalia.

Gerente de desenvolvimento e qualificação da secretaria estadual de Saúde, Conceição Rodrigues Santos destaca o crescimento da ETSUS ao longo dos sete anos e a mudança de comportamento dos profissionais da saúde que passam pela escola. “Nossa intenção não é só capacitar, mas mudar a qualidade da assistência que esses profissionais prestam aos usuários do SUS. Na maioria dos cursos, há projetos de intervenção para que o conhecimento seja aplicado, o que implica, posteriormente, qualidade do sistema de saúde”, conclui. ■

Escola completa  
17 anos de vida,  
assumindo o  
desafio de formar  
e capacitar cerca  
de mil agentes  
comunitários de  
saúde.

## Cefor Osasco: ênfase na educação profissional de 68 municípios

### escola em foco

Beatriz Salomão

O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, é também a data de aniversário do centro de formação profissional em Saúde mais jovem do estado de São Paulo. Criado em 1995, por meio do parecer 117 do Conselho Estadual de Educação (CEE), o Centro Formador de Pessoal para Área da Saúde de Osasco (Cefor Osasco) é responsável pela educação profissional dos trabalhadores de 68 municípios de uma região considerada estratégica pela alta densidade demográfica e pelo número significativo de unidades públicas de Saúde. Aos 17 anos, a escola hoje se prepara para um de seus mais abrangentes trabalhos: oferecer 37 turmas da primeira etapa formativa do curso técnico em Agente Comunitário de Saúde (ACS) para cerca de mil pessoas.

A necessidade de formação nas regiões de Osasco e Sorocaba, aliada ao interesse dos gestores, motivaram a criação da escola, ligada à coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria Estadual de Saúde. Antes disso, em 1994, como não era reconhecido pelo CEE, o Cefor só tinha autorização para trabalhar com pequenos processos de capacitação para profissionais do SUS.

A primeira sede, curiosamente, não foi instalada no município que dá nome à escola, mas em Itapeverica da Serra, a 30 km de Osasco. "Quando a instituição foi criada, já havia cinco escolas técnicas do SUS em São Paulo que cobriam 645 municípios. Fizemos um grande movimento para oferecer formação nas regiões Sudeste e Oeste de São Paulo, e os gestores apoiaram. Ficamos em Itapeverica da Serra até 1997", recorda a diretora da escola, Maria da Graça Lopes César.

Os primeiros cursos oferecidos pelo Cefor Osasco, conta Graça, a partir de 1995, foram os de auxiliar e técnico em Enfermagem e de auxiliar em Saúde Bucal (na ocasião, chamado auxiliar em Higiene Dental). Hoje, o rol de formação e capacitação abarca o técnico em Saúde Bucal, pós-técnico em Urgência e Emergência, além da primeira etapa formativa do curso técnico em Agente Comunitário de Saúde. Para tanto, a escola, que já formou 4.344 trabalhadores, conta com 26 funcionários e dispõe de três salas de aula, uma biblioteca, uma sala de videoconferência, um laboratório e uma sala de arquivos.

Atualmente, há 330 alunos distribuídos nos cursos de técnico em Enfermagem (4 turmas), especialização pós-técnica em Urgência e Emergência (5 turmas) e técnico em Saúde Bucal (2 turmas). Segundo a diretora, as aulas descentralizadas ocorrem em espaços disponibilizados pelas prefeituras.

ras e são ofertadas a 68 municípios divididos em cinco colegiados de gestão: Mananciais, Rota dos Bandeirantes, Sorocaba, Itapetininga e Itapeva.

## ■ História de sucesso

Ex-guarda municipal de Carapicuíba, Cláudio José Vieira, 35 anos, concluiu o curso técnico em Enfermagem, em setembro do ano passado, e realizou o sonho de trabalhar na área da Saúde. Funcionário público e morador de Santana do Parnaíba, a 20 km da sede, ele foi transferido para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) de sua região. Em relação ao conteúdo ministrado nas aulas, ele destaca a abordagem que a escola faz da área de atendimento pré-hospitalar. "O Cefor tem uma maneira diferente de ensinar, fazendo com que o aprendizado seja facilmente apreendido", observa, declarando ainda que a instituição têm ótimos professores e que pretende fazer a especialização pós-técnica em Urgência e Emergência.

Foi por meio de classes descentralizadas que a enfermeira Sibeles Góis chegou até o Cefor Osasco. Hoje coordenadora pedagógica da escola, ela está realizada por trabalhar na formação de profissionais do SUS. "Muitos profissionais da rede não têm condições de pagar pela formação. Estou gratificada por oferecer um curso de qualidade para quem já está no sistema", conta.

Em 1992, Sibeles trabalhava no Hospital Regional de Osasco em turmas descentralizadas do Cefor de Franco da Rocha. Passados alguns anos, ela foi convidada a coordenar as turmas do centro formador de Osasco, que também aconteciam na unidade. Em 2003, ela trocou o ambiente hospitalar pela sede da escola. Para a coordenadora, um dos grandes benefícios que a mudança proporcionou na vida profissional foi a série de especializações para docentes que ela pôde realizar. "Acompanhei também o trabalho que a escola fez de capacitação dos atendentes de enfermagem e vi como a qualidade do atendimento melhorou", lembra.

## Novos cursos

Com recursos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), a escola irá ofertar, até 2013, 37 turmas da primeira etapa formativa do curso de Agente Comunitário de Saúde. A novidade faz parte de um projeto do Ministério da Saúde de abrir 357 turmas, para 10.868 agentes, em todo estado. De acordo com Graça, as nove primeiras classes começam em abril para cerca de 300 alunos. "O projeto vai envolver os seis centros de formação de São Paulo e será dividido em quatro fases", anuncia.

Ainda com financiamento do Profaps, no segundo semestre deste ano, serão abertas duas turmas de técnico em Saúde Bucal, uma de técnico em Vigilância em Saúde e uma de técnico em Radiologia. Outro projeto da escola, para este ano, é o Curso de Capacitação em Assistência Farmacêutica para profissionais de nível médio que trabalham na dispensação de medicamentos.

## Destaque da escola

A boa relação com os gestores faz com que o Cefor Osasco se destaque entre as outras cinco escolas estaduais de São Paulo. A diretora Graça ressalta que o centro formador sempre participou das reuniões dos colegiados de gestão, ainda que na pauta não figurassem assuntos relativos à educação profissional de nível médio. "As reuniões ocorrem na sede da escola. Fazemos a ata, disponibilizamos nossas dependências e marcamos as reuniões. A escola é referência para os municípios", orgulha-se, acrescentando que a parceria fortalece politicamente a instituição. "Temos mais facilidade na hora de pactuar as classes descentralizadas", observa.

Para Carolina Feitosa, do Núcleo de Apoio às Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), da Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a proximidade com os gestores torna o Cefor Osasco um ator importante não apenas na execução dos cursos, como também nos debates sobre as questões de saúde da região. ■





Arquivo Nonocronononononono

Na ficção, cuidado diferenciado, segundo a gravidade de cada caso.

## CeforRH: da sala de aula para a 'vida real'

### aluno em foco

Beatriz Salomão

Centro de formação promove simulado de acidente de carro, com vítimas graves, como forma de avaliar seus alunos e de proporcioná-los a prática profissional.

Um acidente entre dois carros e uma moto, que envolveu sete vítimas, em Pariquera-Açu (SP), avaliou o conhecimento dos alunos do pós-técnico em Urgência e Emergência do Centro Formador de Recursos Humanos de Pessoal de Nível Médio para a Saúde (CeforRH), vinculado à Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo. Durante quatro horas, os técnicos em Enfermagem aplicaram o conteúdo passado ao longo dos cinco meses de capacitação, iniciada em setembro do ano passado. A tragédia, que contou com o suporte de maca, ambulância e posto de atendimento, na verdade, foi um simulado elaborado pelo centro formador para avaliar o aprendizado dos estudantes e proporcioná-los a prática profissional.

A iniciativa, realizada em frente à escola, na manhã do dia 4 de fevereiro, avaliou 27 técnicos, abordando questões dos serviços pré-hospitalar e intra-hospitalar. Os alunos não ficaram restritos aos cuidados dos feridos no acidente. Durante o simulado, eles praticaram também o atendimento a casos graves, como infarto e edema agudo de pulmão.

Nas dependências do CeforRH, os coordenadores do curso reproduziram ambientes de três principais hospitais da região, para onde os pseudos feridos foram levados, de acordo com a gravidade de cada caso.



‘Ampliar a formação profissional de nível médio é ação prioritária’

## Mozart Sales

### entrevista

No dia 16 de fevereiro, o então chefe de gabinete do Ministério da Saúde, Mozart Sales, assumia a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Sgtes), em substituição a Milton Arruda Martins. Médico, natural de Fortaleza (CE), formado pela Faculdade de Ciências Médicas (Fesp/UPE), da qual é concursado desde 1999, Sales reconhece ter pela frente grandes desafios, entre eles ampliar a formação técnica para o SUS, dando qualidade às ações e serviços de atenção à saúde, favorecer a fixação e o provimento de profissionais de saúde em áreas remotas e dar condições de empregabilidade que valorizem o trabalho e o trabalhador do SUS.

Nesta entrevista à RET-SUS, o novo secretário da Sgtes, que foi também assessor do Ministério da Saúde, entre janeiro de 2003 e junho de 2004, e eleito vereador do Recife pelo PT, para seu primeiro mandato, em 2004, faz um balanço das áreas de gestão e educação na saúde, revela como essas áreas deverão avançar nos próximos anos e trata do papel das Escolas Técnicas do SUS no desenvolvimento profissional, bem como das metas estabelecidas para as escolas. No que se refere à educação profissional técnica de nível médio, afirma, “é necessário dar continuidade às ações que efetivam o Profaps, articuladas às redes de atenção à saúde”.

Katia Machado

### Que avaliação o senhor faz das áreas da gestão do trabalho e da educação na saúde?

A criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Sgtes), cujo propósito — gestão do trabalho e da educação na saúde — se realiza por meio da transversalidade e articulação com as demais secretarias do Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), além de



estados e municípios, universidades, escolas técnicas, centros de pesquisa e organizações dos trabalhadores, comprova por si só o avanço das políticas construídas na última década, com foco na consolidação do SUS. Na mesma medida, a Sgtes mostra-se como desafio para o SUS, em especial, porque suas ações e movimentos implicam permanente articulação política e técnica.

### E quais são os avanços e os desafios observados nas áreas?

Os avanços pretendidos e os desafios se juntam em objetivos e plano estratégico que buscam imprimir qualidade às ações e serviços de atenção à saúde, dar resolubilidade maior à rede assistencial do sistema de saúde, beneficiando a população atendida, proporcionar a transformação do desenho tecnoassistencial, fortalecendo a proposta de integralidade e humanização nas ações de saúde, promover a fixação e o provimento de profissionais de saúde e dar condições de empregabili-

“ Os avanços pretendidos e os desafios se juntam em objetivos e plano estratégico para imprimir qualidade às ações e serviços de atenção à saúde ”

dade que valorizem o trabalho e o trabalhador do SUS. Nesse contexto, tomamos o conjunto dos trabalhadores da saúde e, considerando a especificidade e essencialidade de cada categoria e segmento para a efetivação



Katlia Machado / RET-SUS

do SUS, firmamos e pactuamos a política, os programas e as estratégias que vêm dando solidez e relevância ao trabalho da Sgtes.

### O senhor poderia dar alguns exemplos?

Há uma lista longa de ações, cujos avanços e desafios vão se redesenhando ao longo dos processos, seja com foco na regulação do trabalho, seja na gestão da educação. Nesse contexto, destacamos as Mesas Nacionais de Negociação, o Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), o Pró Residência, cujo objetivo é favorecer a formação de especialistas na modalidade residência médica em especialidades e regiões prioritárias, a Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Pro-vab) e os Programas de Cooperação Internacional, incluindo os da área da educação profissional técnica.

### Quais são as metas da Sgtes?

Segundo o planejamento estratégico do MS, a Sgtes desenvolve ações que valorizam a formação do profissional. Ampliar a formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), e o fomento ao acesso dos trabalhadores da saúde à qualificação em serviço são ações prioritárias, que contribuem para a adequada formação, qualificação e democratização das relações de trabalho dos profissionais e trabalhadores da Saúde. Nessa linha, cabe destacar o trabalho que está proposto à subcomissão, formada por representantes do MS e do MEC, vinculada à Comissão Interministerial de Gestão da Educação na Saúde, para pensar as diretrizes para a educação profissional técnica na área. Desse contexto, fazem parte também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), cujo objetivo é expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio e cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, o aproveitamento da experiência do serviço nos processos de formação, realizado pelas ETSUS, e a formação pedagógica para o trabalho docente nas ETSUS. Para dar conta dessas metas, o MS aumentou em 52% o orçamento da Sgtes para 2012.

### Então, como as áreas da gestão e da educação na Saúde deverão avançar nos próximos anos?

Considerando o Plano de Metas para a saúde 2012-2015 e tomando como base apenas um de seus objetivos, que está diretamente vinculado ao objeto central da Sgtes, nosso compromisso é trabalhar para contribuir para a adequada formação, alocação, valorização, qualificação e democratização das relações do trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.

“ Nosso compromisso é trabalhar para contribuir para a adequada formação, alocação, valorização, qualificação e democratização das relações do trabalho ”

### E quanto à educação profissional técnica em Saúde...

Especialmente, no que se refere à área de educação profissional técnica de nível médio, é necessário dar continuidade às ações que efetivam as prioridades do Profaps, articuladas às redes de atenção à saúde prioritárias, e, concomitantemente, firmar acordos interfederativos que impliquem na efetivação dos projetos e programas de formação e qualificação técnica dos trabalhadores do nível médio.

### Por sinal, como o senhor observa as políticas de formação e desenvolvimento profissional para a área da saúde?

As políticas de formação e desenvolvimento profissional estão sendo definidas e efetivadas, buscando atender às demandas das redes de atenção à saúde prioritárias e às necessidades e às demandas locais-regionais, bem como qualificar o trabalho e o traba-

lhador do SUS para uma inserção e atuação comprometida com a concretização das responsabilidades públicas com a saúde da população.

No caso do segmento de trabalhadores de nível médio, além de representar mais de 50% da força de trabalho da área da Saúde, é importante destacar que sejam definidos programas e recursos que assegurem efetividade aos projetos e cursos voltados para a sua formação e qualificação. Nesse sentido, o Profaps, com ações que priorizam o fortalecimento das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), a definição de diretrizes e implementação de cursos de formação profissional e qualificação técnica, a produção de material didático, voltada especialmente para a educação profissional técnica, são a expressão do compromisso político ético do MS e da Sgtes com o desenvolvimento da área da educação profissional técnica do SUS.

“ As estratégias articuladas entre Sgtes e ETSUS proporcionam ao profissional de saúde interação entre instituições de ensino e o serviço de saúde ”

**Em sua avaliação, qual o papel das ETSUS no desenvolvimento profissional para a área da saúde?**

As estratégias articuladas entre a Sgtes e as ETSUS proporcionam ao profissional de saúde a vivência da interação entre instituições de ensino e o serviço de saúde, de modo que os trabalhadores em formação incorporem os valores, as atitudes e as competências do modelo de atenção universal.

**Qual seria o papel da Rede de Escolas Técnicas do SUS na agenda da Sgtes?**

O compartilhamento da informação e do conhecimento, a busca de soluções para problemas de inte-

resse comum e a difusão de metodologias e recursos tecnológicos, destinados à melhoria das atividades de ensino, pesquisa e cooperação técnica, coadunam com a missão da Sgtes de desenvolver políticas e programas que buscam assegurar o acesso universal e equânime às ações e serviços de saúde. É dessa forma que a RET-SUS está presente na agenda da Sgtes, com a implementação dos programas e ações desenvolvidos pela Secretaria.

**O fortalecimento do vínculo dos agentes comunitários de saúde, a fixação dos profissionais em áreas remotas, a aprovação da carga horária de 30 horas para todos os profissionais da saúde e a formação e a qualificação para o SUS dos profissionais de nível médio são questões constantemente destacadas. Como o senhor observa e avalia cada uma delas?**

O Ministério da Saúde desenvolve ações que buscam soluções para a despreciação do trabalho no SUS e concretização de uma política de valorização do trabalhador. Um exemplo dessa ação é a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS) que reúne gestores e trabalhadores para construção de um plano de trabalho e de uma agenda de prioridades que fortaleçam os vínculos profissionais, não só dos agentes comunitários de saúde, mas de todos os profissionais da saúde. Nesse debate, se insere carreira, carga horária, formação e qualificação dos profissionais de nível médio do SUS. Vale citar que um dos objetivos do MS é ampliar a formação dos profissionais de nível médio.

**Por fim, qual seria a formação profissional capaz de atender as redes de atenção à saúde?**

A formação técnica dos trabalhadores deve acompanhar o processo de regionalização do SUS no Brasil, considerando o processo de educação profissional que, hoje, engloba a formação inicial, a formação profissional técnica de nível médio, qualificações e especializações pós-técnicas. Deverá ter como referencial a demanda das redes de atenção prioritárias nas regiões de saúde, contribuindo para dotar os serviços de saúde de profissionais que expressem o princípio da integralidade e dar condições para que municípios e estados cumpram sua responsabilidade sanitária. ■

Foco da área da gestão do trabalho na Saúde, o tema da democratização das relações de trabalho traz à tona a necessidade de fortalecimento dos mecanismos e espaços de participação.

## Condições de trabalho no SUS e valorização profissional na agenda da gestão

capa

Jéssica Santos e Katia Machado

A democratização das relações do trabalho no serviço público, por meio do fortalecimento e da ampliação de mecanismos e espaços de participação, e a valorização dos trabalhadores do SUS, estão no cerne do debate que envolve a gestão do trabalho na Saúde. Focos do 2º Encontro Nacional de Gestores do Trabalho em Saúde, promovido pelo Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Degerts/Sgtes/MS), em Brasília, nos dias 28 e 29 de fevereiro, os temas mobilizam gestores e trabalhadores do SUS, bem como representantes das instâncias de controle social (ver



Gestores da Saúde: ampliação e fortalecimento dos espaços de negociação como forma de valorizar o trabalhador do SUS é tema prioritário

box na pág. 15), preocupados com a precarização do trabalho, o provimento e a fixação de profissionais em áreas de difícil acesso e, conseqüentemente, a qualidade da atenção à saúde dos usuários do SUS.

No contexto desse encontro, que reuniu 150 gestores estaduais, municipais e técnicos do Ministério da Saúde, além dos vencedores do prêmio InovaSUS — iniciativa que premiou 20 projetos de valorização de boas práticas e inovação na gestão do trabalho na Saúde (ver pág. 17), Denise Motta Dau, diretora do Degerts, observa que a gestão do trabalho em Saúde tem sido encarada como política de Estado, “e não de governo”.

Segundo ela, que participou do painel ‘As políticas públicas de gestão do trabalho na Saúde’, realizado no dia 28/2, a atual política de valorização do trabalhador da Saúde — consolidada, em 2003, com a criação da Sgtes, que assumiu a responsabilidade de formular políticas orientadoras da gestão, formação, qualificação e regulação dos trabalhadores da Saúde no Brasil (RET-SUS 41, edição de janeiro/fevereiro de 2011) — tem como prioridades a ampliação da articulação entre as áreas de gestão e da educação na saúde, a sistematização e a divulgação de experiências exitosas na área da gestão, a formulação de indicadores de qualidade, o compartilhamento de informações sobre perfil e dimensionamento da força de trabalho e, em especial, a democratização da relação do trabalho através de espaços de negociação. “Para que tenham impacto real, ou seja, se consolidem de fato, os projetos de democratização das relações de trabalho e de valorização do trabalhador precisam ser tratados transversalmente. Não são temas exclusivos da Sgtes”, afirma.

Nesse sentido, avalia a diretora, o sucesso da política proposta depende de apoio e inserção das demais secretarias do MS. “Muitas vezes, algumas experiências ou ações não avançam, pois o município fala que não tem condições, o estado e o MS dizem o mesmo. Com apoio técnico, financeiro e vontade política dos três entes federados, bem como articulação entre as secretarias, achamos que as coisas possam avançar um pouco mais”, anima-se.

Na mesma direção, o diretor do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges) da Sgtes, Sigisfredo Brenelli, observa que os processos de formação e de organização do trabalho deverão ser planejados e pensados de forma integrada. “Quando se opta por um sistema de saúde com quatro milhões de trabalhadores, a educação não pode estar



Denise: ‘O projeto de democratização das relações não é exclusivo da Sgtes’

desassociada da gestão do trabalho”, orienta. Para ele, não há como uma escola técnica formar um indivíduo na contramão daquilo que a atribuição profissional exige.

Para Brenelli, o serviço precisa ter um papel mais ativo na formulação de estratégias de formação. “Integração ensino-serviço é muito mais que a iniciativa de a academia ir ao serviço e conhecer o que acontece. Isso significa criar processos que vinculem formação e inserção no trabalho; é entender os vínculos profissionais e suas necessidades”, afirma, apontando assim os princípios da formação profissional: trabalho como princípio pedagógico significa que a unidade de trabalho é o locus de aprendizagem; parceria e articulação entre instituições de ensino e de serviços são essenciais; aprendizagem baseada na análise, no acompanhamento e na avaliação crítica das práticas reais da rede de serviço representa aprendizagem significativa; e necessidades de formação e de qualificação emergem do processo de trabalho nas unidades de saúde.

## ■ Desafios da gestão

Com vistas à democratização das relações e à valorização dos profissionais, estão postos à gestão do trabalho na Saúde alguns desafios importantes. Entre eles, a estruturação das redes de atenção à saúde que, segundo o secretário da Sgtes, Mozart Sales, está intimamente ligada ao mundo do trabalho. “Esse processo de estruturação das redes diz



Brenelli: 'O serviço precisa ter papel mais ativo na formulação de estratégias de formação'

respeito, inequivocamente, à gestão do trabalho e à capacidade que teremos para fazer um diagnóstico das necessidades, da estruturação dessa rede assistencial, do papel das pessoas dentro delas", destaca, lembrando ainda que o debate sobre o tema passa pelas três esferas da gestão. "Não tenho a menor dúvida que essa é uma discussão tripartite", afirma Sales, que também participou do painel que tratou das políticas públicas de gestão do trabalho na Saúde, no contexto do encontro.

Outros importantes desafios da gestão do trabalho dizem respeito à definição adequada da formação profissional em Saúde, ao provimento de profissionais em áreas de difícil acesso, à definição de planos de cargo, carreira e salário (PCCS) e à ampliação da formação e da qualificação profissional para além das academias. "Eu conheço escolas-serviço e gestores municipais de saúde que têm expertise na formação e não são universidades", pontua o secretário. Quanto à definição dos PCCS, orienta, é preciso pensar modelos de carreira segundo as necessidades regionais.

A caminhada é longa, avalia Denise Dau. Para ela, outro importante desafio frente as propostas de democratização das relações de trabalho e qualificação profissional diz respeito à garantia de um maior financiamento para os SUS como um todo e, especialmente, para a política de gestão do trabalho e da educação na saúde. "Muitas vezes, planeja-se bons programas de Saúde, mas, na ponta do sistema, percebe-se que não foram pensados quais profissionais e que tipos de qualificação seriam necessários", avalia. Na observação da diretora do Degerts, isso leva a contratações emergenciais, temporárias e precarizadas. "Ao pensar os programas de saúde, é essencial focalizar a força de trabalho em saúde. Esse é um tema transversal e, ainda, um nó importante do SUS a ser desatado", atesta.

Questões como salários dos médicos de família dos municípios de pequeno porte que, segundo preceito constitucional, não podem ultrapassar o do prefeito, e vínculos profissionais de certas categorias, como dos agentes comunitários de saúde, dizem respeito à gestão do trabalho e preocupam Apa-

recida Pimenta, representante do Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e secretária de Saúde de Diadema, São Paulo.

No painel que tratou das políticas públicas de gestão do trabalho na Saúde, ela aponta a gestão como tema estratégico para os municípios. “É impossível ser gestor e não se apropriar e não colocar na agenda política o tema da gestão do trabalho”, afirma a gestora, para quem as cidades são marcadas pelas diferenças que vão desde a densidade populacional à capacidade de arrecadação de recursos.

Coordenadora dos núcleos técnicos do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), Rita Catanelli, a partir de um levantamento feito pelo Conass entre 2003 e 2004, com o objetivo de conhecer a gestão do trabalho nas secretarias estaduais de saúde, aponta duas importantes necessidades da área: contratação de pessoal e organização hierárquica das secretarias. Nesse sentido, orienta as secretarias de saúde a apoiarem a desprecarização do trabalho e a realização de estudos para definição de carreiras típicas de Estado.

Para ela, a gestão do trabalho na Saúde deve ser encarada segundo os desafios que estão por vir. “Um deles é a implantação das redes de atenção à saúde”, aponta, a exemplo do secretário Mozart Sales, informando ainda que a Câmara Técnica de Recursos Humanos do Conass já vem discutindo qual seria o papel da gestão do trabalho nas redes de atenção à saúde.

De acordo com ela, esse processo demanda profissionalização das equipes que atuam na área da gestão do trabalho, análise e redesenho dos seus processos de trabalho, sistemas gerenciais de pessoal informatizados, favorecendo uma gestão compartilhada, articulação em rede entre órgãos centrais e diferentes unidades que integram a estrutura dos serviços estaduais de Saúde, e uma nova forma de acolhimento, interação e comunicação entre as áreas responsáveis pela gestão do trabalho e seus trabalhadores.

Se a valorização do trabalhador é foco da área da gestão do trabalho, para Laís Abramo, diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, é necessário inserir neste debate o tema do trabalho decente. Bandeira lançada pela OIT, em 1999, o trabalho decente expressa a síntese de um dos objetivos estratégicos da organização: promover oportunidades para que homens e mulheres possam obter um trabalho produtivo de qualidade, em con-

dições de liberdade, equidade, dignidade e segurança. “A ideia básica é que não é suficiente apenas gerar empregos em quantidade, mas sim garantir que esse emprego tenha uma qualidade adequada, com acesso a uma vida digna”, explica.

### No centro do debate da 14ª CNS

Não por acaso, a 14ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, entre os dias 30/11 e 4/12, destacando-se como a mais representativa das conferências, reunindo 4.500 pessoas, sendo 2.937 delegados, definidos após 4.537 conferências municipais e 27 estaduais, trouxe em seu bojo o tema da valorização dos trabalhadores do SUS.

Quinta das 15 diretrizes que consta do relatório final da 14ª CNS, a busca por uma política nacional que valorize os trabalhadores da Saúde trouxe à tona propostas como criação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV), de âmbito nacional para todos os profissionais de saúde do SUS, “com vínculo trabalhista regido pelo Regime Jurídico Único (RJU) e acesso exclusivo por concurso público e que contemple as diferenças regionais”, o piso salarial nacional para o SUS, definido para cada categoria profissional e nível de formação e “reajustado anualmente de forma a, minimamente, repor as perdas inflacionárias”, de carga horária máxima de 30 horas semanais para a enfermagem e para todas as categorias profissionais que compõem o SUS, de aprovação do Piso Nacional para os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, “garantindo também as condições adequadas de trabalho, com o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI), transporte adequado à realidade do território etc.”, e de estratégias de fixação de profissionais de saúde no interior do país e em áreas de difícil acesso e provimento, “que incluam formação profissional (especialização ou residência) e incentivos salariais e de carreira”.



O trabalho, explica Laís, deve ser entendido como via fundamental de superação da pobreza, de inclusão social e de garantia ampla da cidadania, ao lado de outros direitos básicos da população, como saúde e educação. “O fato de ter uma ocupação não é suficiente para se ter uma vida digna. Muitas vezes, especialmente em situações de desemprego e crise econômica, o argumento é que o importante é ter o emprego. E não é”, afirma, explicando que há formas tão degradantes e precárias de trabalho, que representam não apenas violações da dignidade humana, como é o caso do trabalho infantil, como também formas de reprodução da pobreza e da exclusão social.

## ■ Conquistas e metas

Entre as propostas da área da gestão do trabalho na Saúde estão as que objetivam sensibilizar e conscientizar os gestores sobre a necessidade de democratizar as relações de trabalho. Para fazer frente a esse desafio, destaca-se o fortalecimento da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS), reinstalada em 2003 em caráter permanente, com representantes do setor privado, e que pactuou ao longo de nove anos oito protocolos, com diretrizes nacionais sobre as relações de trabalho no SUS. “Existem hoje apenas 52 mesas de negociação em estados e municípios”, comenta a coordenadora-geral de Gestão do Trabalho na Saúde da Sgtes, Ana Paula Cerca.

No painel ‘Propostas de ações para a gestão do trabalho em 2012’, promovida no dia 29/2, durante o 2º Encontro Nacional de Gestores do Trabalho em Saúde, Ana Paula destacou ainda o trabalho do Comitê Nacional de Desprecarização do Trabalho, a assinatura do protocolo da política nacional de promoção de saúde do trabalhador da saúde e a reformulação do Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS (ProgeSUS), criado em 2006 para atender à necessidade de elaboração e implantação de uma nova política de gestão do trabalho, bem como ao desenvolvimento de um sistema nacional de informações, de um programa de qualificação dos profissionais do setor, e aos investimentos junto às secretarias estaduais e municipais de Saúde na implantação ou no fortalecimento das infraestruturas de gestão do trabalho e da educação na saúde.

Segundo a coordenadora, o ProgeSUS 2011-2014 passa a contar com quatro eixos: qualificação

em gestão do trabalho e educação na saúde, com ações voltadas para o nível médio; inovação na gestão do trabalho, com apoio técnico, financeiro e certificação para estados e municípios; democratização das relações de trabalho, com apoio técnico e financeiro para instalação de espaços de negociação e implantação dos protocolos da MNNP-SUS; e sistema de informação, com a construção do sistema nacional para identificação, dimensionamento e projeções da força de trabalho em Saúde e estímulo a projetos locais.



Ana Paula: foco na nova política de gestão do trabalho

Como forma de superar alguns dos desafios apontados, Ana Paula destaca o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab), cuja proposta é oferecer incentivos aos médicos, enfermeiros e cirurgiões dentistas que optarem por atuar nas equipes de saúde da família e outras estratégias de organização da atenção básica, contemplando também equipes que desenvolvem a atenção à saúde das populações ribeirinhas, quilombolas, assentadas e indígenas. O Provab, explica Ana Paula, buscará garantir a seleção dos profissionais e o provimento nas áreas de maior escassez e a contratação dos profissionais nos municípios que aderirem ao programa, com salários equivalentes ao mercado regional e com contratação não precária. “Para isso, faz-se necessário trabalhar no aprimoramento do programa e expandi-lo junto ao Deges e ao Departamento de Atenção Básica (DAB)”, conclui. ■



Idealizada pelo Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (DegertS/Sgtes/MS), a primeira edição do InovaSUS premiou 20 projetos de valorização de boas práticas e inovação na gestão do trabalho na Saúde com valores entre R\$ 50 mil e R\$ 150 mil, repassados fundo a fundo aos municípios e estados para incentivo das ações de gestão do trabalho na Saúde.

O prêmio, entregue em cerimônia realizada durante o 2º Encontro Nacional de Gestores do Trabalho em Saúde, em Brasília, no dia 28 fevereiro, foi destacado pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o secretário da Sgtes, Mozart Sales, como importante iniciativa para a valorização dos trabalhadores do SUS. "Nosso primeiro desafio é transformar esse prêmio em algo permanente. O segundo, transformar essas experiências em políticas do SUS", destacou Padilha, lembrando que a intenção do MS é que as políticas de valorização dos trabalhadores sirvam para atender melhor a população. "Vamos fomentar, divulgar e ampliar essas experiências, formando parcerias país afora", acrescentou Sales, ressaltando que fazer saúde não é fácil em um país com tantas singularidades.

Os vinte vencedores foram selecionados entre 262 projetos inscritos e avaliados em três etapas, que levaram em conta o tempo que a iniciativa estava implantada, o caráter inovador dos projetos, os resultados, a possibilidade de multiplicação, sustentabilidade e impacto potencial, além da perspectiva de melhorias para os trabalhadores da saúde. Os trabalhos se destacaram por apresentar propostas de negociação do trabalho em saúde enquanto metodologia de gestão pública e de elaboração de indicadores de qualidade, compartilhamento de informações sobre o perfil, dimensionamento e avaliação da força de trabalho em Saúde, contribuindo para a democratização das relações de trabalho, a desprecarização de vínculos e as condições laborais e, conseqüentemente, para a promoção da melhoria dos serviços prestados à população no SUS.

O primeiro lugar do InovaSUS e o prêmio máximo de R\$ 150 mil foram da 'Mesa Municipal de Negociação Permanente e Efetivação da Política de Gestão do Trabalho do SUS', desenvolvido pelo município de Betim, em Minas Gerais. Criada em 2009, o trabalho promoveu avanços significativos, pactuou protocolos sobre relações de trabalho no SUS, contribuiu para democratização das relações profissionais e se tornou referência para pactuação de ações e políticas do trabalho em Saúde, beneficiando a população com profissionais mais satisfeitos e motivados.

O segundo ficou com a Prefeitura Municipal de Vitória (ES) que apresentou o projeto 'Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais de Saúde do Município de Vitória'. Já o terceiro lugar foi do trabalho 'Estratégias para fixação dos médicos das equipes de saúde da família da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte', desenvolvido pela gerência de gestão do trabalho na saúde do município.

Os demais colocados foram os projetos: 'Dimensionamento de pessoas para a Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte' (4º lugar); 'Avaliação de desempenho:

um instrumento de gestão e democratização nas relações de trabalho', do governo de Curitiba, no Paraná (5º lugar); 'Reflexões sobre o processo de discussão do plano de cargos, carreiras e salários no SUS', da Secretaria Municipal de Saúde de Blumenau, em Santa Catarina (6º lugar); 'Planejar, avaliar, desenvolver... Planejar, avaliar, desenvolver...', do Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre-RS (7º lugar); 'O processo de implantação do sistema municipal saúde-escola como estratégia de gestão do trabalho e da educação na saúde em São José dos Pinhais-PR' (8º lugar); 'Sistema de monitoramento e avaliação', de São José do Rio Preto-SP (9º lugar); 'Estrutura de apoio contínuo à gestão de saúde municipal', de Itapoá-SC (10º lugar); 'O desenvolvimento da educação permanente em saúde no município de Florianópolis-SC' (11º lugar); 'A percepção dos usuários sobre o trabalhador como eixo norteador do processo de trabalho', de João Pessoa-PB (12º lugar); 'Co-gestores da saúde: pesquisa de clima organizacional', de Aracaju-SE (13º lugar); 'Comissão permanente para análise de licença e dispensa para formação/qualificação profissional em nível de especialização, mestrado e doutorado', da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (14º lugar); 'A Bahia e sua política de desprecarização dos vínculos de trabalho de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias', da Secretaria de Estado de Saúde da Bahia (15º lugar); 'Gestão participativa: estratégia de inovação nas relações de trabalho e qualificação do SUS', do Hospital Giselda Trigueiro, em Natal-RN (16º lugar); 'Instalação e registro do sistema SistrabalhoSUS nas secretarias municipais de saúde do Estado de Mato Grosso' (17º lugar); 'Implementação das ações de gestão do trabalho no SUS através da implantação do plano municipal de cargos, carreiras e salários para os servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Brasilândia do Tocantins' (18º lugar); 'Sistema informatizado de controle de escalas de serviço (Sices)', da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (19º lugar); e 'Núcleos de gestão da educação e do trabalho em saúde', da Secretaria de Estado de Saúde da Bahia (20º lugar).

A partir dos resultados das experiências escolhidas pelo InovaSUS, será criado um documento para que as secretarias de Saúde possam utilizar os projetos como exemplos de gestão. "A ideia é que essas experiências sejam divulgadas para que o gestor, seja estadual ou municipal, se inspire a partir da sua realidade e suas demandas, implementando experiências similares", disse Denise, em entrevista à RET-SUS.

Planejamento do Degerts para 2012, a proposta é transformar o prêmio em um selo, certificando as experiências exitosas em gestão do trabalho na saúde. "A proposta para 2012 é publicar uma portaria de criação do selo InovaSUS. Por isso, já está circulando uma minuta para avaliação e sugestões", anunciou a coordenadora-geral de Gestão do Trabalho na Saúde, do Degerts, Ana Paula Cerca, durante o encontro. Segundo ela, alguns critérios foram pensados para concessão do selo, como vigência de dois anos da experiência, foco na melhoria das condições de trabalho e na qualidade do atendimento do SUS e que o projeto comprove inovação na gestão do trabalho com resultados concretos e possibilidade de multiplicação.

Escolas técnicas do SUS serão beneficiadas com curso de especialização, que tem como meta principal o fortalecimento dos processos de gestão nos espaço de formação.

## Gestão pedagógica em foco nas ETSUS

em rede

Beatriz Salomão

A Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) viverá a inédita experiência de passar por um processo de capacitação, o chamado 'Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS' (Cegepe). Desta iniciativa, participarão 300 profissionais de 35 das 36 escolas técnicas (ETSUS). O principal objetivo da especialização, a ser oferecida a partir da segunda quinzena de abril, é fortalecer o processo de gestão nos espaços de formação técnica do SUS.

O Cegepe foi idealizado ao longo de 2011, a pedido do Ministério da Saúde (MS), que percebeu necessidade de capacitar os profissionais da rede para articular processos de gestão política e pedagógica no contexto das políticas de saúde, educação e trabalho. Além do MS, participaram da organização do curso de especialização para a RET-SUS a Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) — a universidade mineira será responsável por conferir aos alunos a titulação de especialista lato sensu —, a Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e as escolas de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP) e da USP de Ribeirão Preto. Três escolas técnicas também fizeram parte deste





Especificidades do Cegepe: especialização pretende fortalecer a gestão nas ETSUS, usando o ensino a distância

trabalho: a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE); a Superintendência da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde do Tocantins (SETSUS-TO); e a Escola Técnica do SUS Professora Ena de Araújo Galvão, no Mato Grosso do Sul.

Organizado em 450 horas, o curso terá duração de um ano e será realizado por meio da modalidade a distância, com suporte do Centro de Apoio à Educação a Distância da UFMG. Os 300 profissionais participantes serão distribuídos em dez turmas de 28 a 32 alunos, conforme a região da escola. Paralelamente, estão previstos três momentos presenciais que ocorrerão nas dez ETSUS polos deste projeto: Escola Técnica em Saúde de Maria Moreira da Rocha, no Acre; Escola Técnica do SUS Dr Manuel Ayres, no Pará; Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás; Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE); Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis, na Bahia; Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba; Centro Formador de Recursos Humanos de Vila Mariana, em São Paulo; ETSUS de São Paulo; Escola de Saúde Pública de Minas Gerais; e ETSUS Blumenau, em Santa Catarina.

Quatro núcleos temáticos fazem parte do currículo: o primeiro, com 135 horas, abordará o significado e a importância de uma escola para formar trabalhadores do SUS e para o SUS; o segundo, com 105 horas, tratará das questões pedagógicas, como o Plano Político Pedagógico (PPP) das ETSUS; no terceiro eixo, com 120 horas, os alunos terão contato direto com os processos de gestão pedagógica e irão trabalhar com as estratégias de articulação nas escolas; e o quarto

será destinado à avaliação institucional das ETSUS. As aulas acontecerão por meio da plataforma 'Moodle' e cada núcleo temático contará com material didático específico, entre textos e vídeos.

A investigação é um aspecto que perpassa por todos os eixos temáticos, salienta a professora Alda Martins, da UFMG, uma das responsáveis pela elaboração da formação. Ela explica que o aluno será estimulado a identificar os problemas existentes na escola onde atua e propor planos de intervenção. No fim do curso, os alunos terão que apresentar um trabalho de conclusão, chamado TCC, a partir do cotidiano da escola. "Trabalharemos com processo investigativo, a partir do local onde o aluno trabalha. A proposta de alteração será feita no universo da ETSUS, sobre a realidade vivida por ele", explica.

Segundo Alda, o currículo foi estruturado a partir de características das próprias escolas técnicas, para que o aluno tenha condições de atuar em consonância aos objetivos da instituição. "Seja na tarefa de coordenar ou criar cursos, seja fazendo projetos pedagógicos ou na articulação com gestores e com a comunidade", acrescenta.

As próprias ETSUS escolheram os profissionais que irão participar desta formação, segundo os seguintes critérios: ter formação superior na área da Saúde ou da Educação; ser professor, coordenador, administrador escolar ou gestor das ETSUS; e caracterizar-se como um ator estratégico para a composição de um núcleo estruturante das ETSUS. Cada escola indicou, em média, oito alunos. A inscrição foi feita por correspondência

e terminou no dia 10 de março. “O perfil desejado do aluno é aquele que tenha vínculo com a escola e que seja um ator social e politicamente engajado. O curso pretende torná-lo protagonista dos processos de gestão dentro das ETSUS”, ressalta Alda.

Os alunos serão acompanhados por dois tutores presenciais — profissionais das ETSUS — e por um tutor a distância — vinculado às universidades parceiras. Cada tutor presencial ficará responsável por 15 estudantes e o tutor a distância, por 30. Com foco na tutoria, cerca de 70 pessoas envolvidas na especialização participaram da ‘Oficina de Capacitação de Tutores’, promovida pelo MS e pela UFMG, entre os dias 30 de janeiro e 3 de fevereiro, na Escola de Enfermagem da universidade (ver box na pág. 21). Além do encontro, os tutores serão submetidos a 120 horas de capacitação a distância.

De acordo com a consultora da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), no Brasil, que atua junto à Coordenação de Ações Técnicas do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges/Sgtes), Cláudia Marques, o MS se reuniu com as escolas, durante 2010 e 2011, e, por meio de oficinas, identificou a necessidade de fortalecimento da rede na perspectiva da gestão. “O curso vai capacitar os profissionais da escola para trabalharem de maneira mais propositiva nas esferas de negociação dos cursos”, conta, acrescentando que o profissional precisa dominar questões relativas à Saúde e à Educação.

### Relevância da parceria

A parceria firmada com universidades para pensar o curso foi bastante enriquecedora, avalia Sílvia Helena Mendonça de Moraes, da Escola Técnica do SUS Professora Ena de Araújo Galvão, no Mato Grosso do Sul (MS). Ela aponta que cresceu profissionalmente a partir da elaboração do curso, lembrando que, pela primeira vez, trabalhou na concepção de uma especialização. “Sempre trabalhei na elaboração de cursos técnicos e atuar em conjunto com universidades para fazer o Cegepe foi uma novidade. Experiência bastante positiva para a minha carreira e que, certamente, irá melhorar a escola onde trabalho”, ressalta.

Sílvia não tem dúvidas que a experiência ajudará a desenvolver o trabalho pedagógico na ETSUS-MS. Para ela, a especialização implica reflexão sobre o papel da escola e incentiva os profissionais a realizar mudanças necessárias. “No dia-dia, muitas vezes não temos tempo de parar e pensar nossas práticas. O curso vai nos auxiliar nisso e servirá de motivação para promoção de transformações necessárias nos espaços de formação”, conclui.

Cláudia Marques também destaca a importância da parceria com as instituições de ensino superior, mas ressalva que os protagonistas desse curso são as ETSUS. “As universidades entram apenas na composição da discussão, trazendo toda experiência e conhecimento para ajudar na construção do projeto”, explica.

A especialização e a parceria com universidades são anseios antigos das ETSUS, afirma Ivanília Timbó, assessora técnica da ESP-CE. Ela elogia a troca de experiência entre as instituições. “O curso foi construído coletivamente. A troca de experiência trouxe ainda o reconhecimento das ETSUS dentro do processo de trabalho da educação profissional”, aponta.



Tutores aprendem, na prática, a operar a plataforma ‘Moodle’

Para Ivanília, o ineditismo do curso, o uso da modalidade a distância e a dificuldade para reunir todos os responsáveis pelo Cegepe foram os maiores desafios impostos ao processo de planejamento e discussão. Ela acredita que o resultado da especialização será percebido apenas em 2013, mas as escolas já se movimentam, nesse sentido, ainda este ano. “À medida que o curso vai se desenvolvendo, as escolas vão mudando. São cerca de dez alunos por instituição que irão debruçar-se sobre certos assuntos e descobrir novas formas de trabalhar”, observa.

Coordenadora da SETSUS-TO e uma das responsáveis pela elaboração do curso, Márcia Godoy conta que as principais preocupações durante o processo de discussão foram incluir a metodologia problematizadora e trabalhar segundo a realidade das escolas técnicas, para que, em cada uma, se tenha um grupo capaz de atuar nas áreas de gestão e pedagógica. “Nós

não queríamos um curso muito acadêmico e distante da realidade. Tivemos o trabalho de descrever todos os processos da rede para que atendesse o público-alvo, que são os profissionais das ETSUS”, salienta, acrescentando que o curso estimulará os profissionais a “colocar uma lupa no ambiente de trabalho e analisar o cotidiano da escola”.

## ■ Expectativa das ETSUS

Principais beneficiadas pelo Cegepe, as escolas técnicas do SUS elogiam a iniciativa de se fazer uma especialização para os profissionais da rede. Representante das ETSUS na Região Sul do país e diretora da ETSUS Blumenau, Cláudia Vilela de Souza Lange lembra que a necessidade de melhorar a gestão pedagógica sempre esteve na pauta das reuniões com as outras escolas. A diretora considera fundamental o vínculo do aluno da especialização com a escola. “A atuação efetiva do aluno na escola trará benefícios para as ETSUS tanto na gestão quanto na docência ao término do curso”, avalia.

Em relação à região Sul, ela destaca que o tema da capacitação docente precisa ser mais bem debatido. “Precisamos refletir sobre a capacitação técnico-pedagógica. Temos muitos professores do serviço trabalhando nas escolas e eles precisam estar bem preparados”, ressalta.

Para Anna Lúcia Leandro Abreu, diretora da Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha, no Acre, a região Norte será beneficiada pela formação a distância, pois a dificuldade de deslocamento inerente à região prejudica os processos educativos. “Quando precisamos qualificar um professor, mandamos ele para São Paulo ou Rio de Janeiro. Agora, não será preciso retirar o profissional da região, que terá acesso a um curso de qualidade sem precisar se deslocar”, comemora.

Na avaliação de Damião Mendonça Vieira, diretor da ESP-MG e representante do Sudeste, um dos grandes benefícios da especialização é a abrangência do curso de especialização. “Todas as escolas terão o mesmo aprendizado e o mesmo padrão de qualidade de curso. Além da capacitação, os profissionais terão uma visão geral do que ocorre no Brasil”, opina.

Diretora da Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis da Bahia, Maria José Camarão afirma que o curso implica importante meio de reflexão do processo de trabalho da história da Educação Técnica de Nível Médio no Nordeste. “O curso trará uma nova significação aos aspectos da escola, além do fortalecimento da rede. Por meio do compartilhamento de experiências que acontecerá ao longo da especialização, as escolas podem crescer juntas”, defende. ■

## Evento enfatiza importância da capacitação tutorial

Um passo importante para a consolidação do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas ETSUS foi dado na ‘Oficina de Capacitação dos Tutores’, promovida pelo Ministério da Saúde e pela UFMG, entre os dias 30 de janeiro e 3 de fevereiro, na Escola de Enfermagem da universidade mineira. Participaram do evento cerca de 20 profissionais das ETSUS, que atuarão como tutores presenciais, além dos tutores a distância e representantes das universidades. Com 40 horas, a oficina discutiu os processos de educação a distância, apresentou a proposta do curso e as ferramentas que serão utilizadas ao longo da especialização.

Durante a mesa de abertura do evento, realizada no dia 30/1, o diretor do Departamento de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Deges/MS), Sigisfredo Luis Brenelli, ressaltou a necessidade de valorizar a formação de nível médio. Ele lembrou que uma das prioridades do MS é promover o acesso com qualidade e que, nesse sentido, a qualificação dos recursos humanos da Saúde é fundamental. “Esperamos com otimismo a especialização. O Brasil é um país continental, complexo e diferente. Juntos, conseguiremos dar conta dos desafios”, afirmou.

As especificidades do trabalho tutorial foram apresentadas pela professora Zídia Rocha Magalhães, da Escola de Enfermagem da UFMG, no dia 30/1. Para ela, o tutor colabora para a construção da autonomia do pensamento e da ação do aluno, ampliando a possibilidade de participação social e desenvolvimento pessoal. Ela ensinou que cabe a este profissional acompanhar o aluno em todo processo de aprendizagem. “O tutor deve identificar as diferenças entre as trajetórias dos alunos, respeitando o ritmo de cada um e valorizando suas conquistas. É fundamental ajudar os alunos a enfrentar os desafios que o ensino individualizado apresenta”, orienta.

Na mesa ‘As escolas técnicas do SUS: sua história no contexto das políticas de saúde e educação e perspectivas’, realizada no dia 30/1, Maria Auxiliadora Córdova Christófar, consultora do Deges/MS, e Geisa Cristina Plácido, da escola técnica da Bahia, falaram sobre os desafios impostos à RET-SUS. Para Maria Auxiliadora, conhecida por Dora, é importante que as escolas estejam a par de conceitos e leis do sistema. “É preciso entender conceitos do SUS como financiamento, descentralização, gestão e organização do sistema”, recomendou. “Nossa função é estimular o trabalhador do SUS a pensar e transformar a realidade em que se insere. A desprecarização das relações de trabalho, por exemplo, é uma preocupação constante nossa”, acrescentou Geisa.

Os dias 1º e 2 de fevereiro foram destinados à prática do Cegepe. Entre as ações previstas na oficina, os futuros tutores participaram de aulas nos laboratórios de informática da UFMG, aprendendo a manusear a plataforma ‘Moodle’, utilizada pela educação a distância.

Escolas técnicas do SUS oferecem cursos no âmbito do Profaps, em atenção à necessidade de qualificar a força de trabalho da Saúde Pública do país.

## Trabalhadores da Saúde mais qualificados

em rede

Jéssica Santos

De norte a Sul do país, escolas técnicas, de Saúde Pública e centros de formação profissional do SUS estão transformando a realidade de trabalhadores da Saúde, por meio da estruturação e da oferta de cursos previstos no Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), que visa, segundo a Portaria nº 3.189, de dezembro de 2009, ampliar e qualificar a força de trabalho em Saúde, definindo como áreas estratégicas da educação profissional técnica em Saúde, a Radiologia, a Patologia Clínica e o Citotécnico, a Hemoterapia, a Manutenção de Equipamentos, a Saúde Bucal, a Prótese Dentária, a Vigilância em Saúde e a Enfermagem. Também, entre as áreas prioritárias, estão o aperfeiçoamento e as capacitações na área de Saúde do Idoso e a formação dos agentes comunitários de saúde.

Para Fernanda Maciel, superintende da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, o programa é a principal iniciativa de fomento à formação dos profissionais de nível médio do SUS. “Ele exerce importante papel na qualidade da atenção à saúde em seus diversos níveis de complexidade”, avalia. “O programa possibilita ampliar a capacidade técnica dos trabalhadores de nível médio e, conseqüentemente, atender melhor à população”, acrescenta Ondina Canuto, diretora de Educação Profissional da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE).

As escolas técnicas de Saúde do SUS (ETSUS), as escolas de Saúde Pública (ESP) e os centros formadores vinculados às secretarias estaduais e municipais de Saúde são, conforme a portaria, prioritariamente, responsáveis pela formulação e execução técnica e pedagógica dos cursos. “Nós temos todo um referencial e um projeto político pedagógico voltado para a Saúde Coletiva,” justifica Geisa Plácido, assessora técnica da Escola de Formação em Saúde Professor Jorge Novis (EFTS), da Bahia.

O objetivo do programa é qualificar e/ou habilitar 745.435 trabalhadores em cursos de educação profissional para o setor Saúde, já inseridos ou a serem inseridos no SUS, no período de oito anos. De acordo com Maria Auxiliadora Christóforo, consultora da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação do MS, os cursos atendem aos indicadores e aos dados nacionais relativos ao SUS.

### Giro pelas escolas

Diretora da área de Educação Profissional da Escola Técnica de Saúde do Tocantins (ETSUS-TO), na região Norte, Inês Gonçalves acredita que os cursos ofertados no âmbito do Profaps já estejam contribuindo para a melhoria da atenção à saúde da população de seu estado. Entre as formações já ofertadas pela

escola, destacam-se os técnicos em Enfermagem, Saúde Bucal, Vigilância em Saúde e Radiologia. Este último, por sinal, inicia sua primeira turma no dia 26 de março, na cidade de Palmas.

A escola oferece, também, o curso de atualização para auxiliares e técnicos em Enfermagem, a primeira etapa formativa para agente comunitário de saúde, além da qualificação de agentes de combate a endemias. “Nossa perspectiva é promover mudança do processo de trabalho e a melhoria dos serviços ofertados no Tocantins”, afirma Inês, apesar dos desafios impostos à escola. “Em alguns cursos, temos dificuldades de implantar o estágio supervisionado, pois faltam unidades de saúde para isso”, esclarece, sem desanimar.

Na região Nordeste, a Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (EFTS), na Bahia, segue o mesmo caminho. Em dezembro do ano passado, a instituição promoveu a aula inaugural dos cursos técnicos em Vigilância em Saúde, Radiologia e Análises Clínicas, organizados em 12 turmas, nos municípios de Salvador, Jequié, Itaberaba, Bom Jesus da Lapa, Teixeira de Freitas e Bonfim.

Para mapear a demanda, a escola contou com a participação de diferentes atores, entre usuários, trabalhadores e gestores do SUS. Uma das ações, nesse sentido, foi a elaboração participativa do Plano Plurianual, para o quadriênio 2012-2015, realizada no ano passado. Geisa Plácido, assessora técnica, conta que a escola participou de reuniões nos chamados territórios de identidade — modelo de regionalização implantado na Bahia —, nas quais foram apresentadas as demandas e os problemas da área. “Ali, elencamos os maiores problemas da Saúde e, a partir desse mapeamento, identificamos o que está ligado à gestão do trabalho e à educação permanente”, esclarece. Para pensar os cursos, a EFTS vem formando grupos de trabalho composto por trabalhadores, técnicos da escola e secretários de saúde do Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde (Cosems) do estado.

## ■ Aposta no diálogo

Para atender de forma eficaz às necessidades de formação profissional do estado, a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) tem buscado articular-se com a Coordenadoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria Estadual de Saúde da Bahia (CGTES/Sesab), bem como com gestores municipais e unidades de saúde. “Acreditamos na importância de um mapeamento nacional, estadual e municipal das redes de atenção e gestão à saúde, que identifique as necessidades e as potencialidades dos serviços, orientando a oferta de cursos técnicos”, destaca Ondina Canuto.

Em novembro do ano passado, a ESP-CE iniciou os cursos técnicos em Análises Clínicas, Citopatologia, Hemoterapia e Radiologia. Além destes, o técnico em Vigilância em Saúde está em fase de pactuação das vagas e identificação do público-alvo. “Em três meses, já há, por parte dos gestores, muitas manifestações positivas quanto à nova postura profissional dos alunos-trabalhadores”, aponta a diretora.

Na mesma região, a Escola Técnica do SUS Dra. Maria Nazaré Ramos da Neiva, no Maranhão, utilizou a formação inicial dos agentes comunitários de saúde, executada desde 2009, para mapear a demanda por outros cursos nos municípios. “A escola aproveitou a primeira etapa formativa, oferecida a 216 municípios, para conversar com os gestores e com as áreas técnicas responsáveis por cada uma das áreas prioritárias de formação do Profaps”, informa Regimarina Reis, coordenadora pedagógica da escola.

Ainda em março, a instituição se prepara para iniciar, no município de Buriti, uma turma descentralizada e, na capital e em três cidades maranhenses que contam com hemonúcleos, cinco turmas do técnico em Hemoterapia. A escola também utiliza a estratégia de apoio matricial. “É um profissional da saúde que tem o papel de representar a escola nos municípios que recebem os cursos. Ele apoia administrativa, política e pedagogicamente”, diz.

Também, no contexto do Profaps, destacam-se as 15 turmas do técnico em Saúde Bucal, ofertadas para trabalhadores das equipes de Saúde Bucal da Estratégia Saúde da Família do Maranhão. “Há dois tipos de equipe: a do tipo um, que conta com o auxiliar de saúde bucal; e a do tipo dois, que precisa de pessoas com formação técnica”, explica Regimarina. Segundo a coordenadora, predomina no estado, ainda, as equipes do tipo um, devido à falta de pessoal técnico formado. “O curso técnico em Saúde Bucal irá colaborar para que se proliferem as equipes do tipo dois”, defende. Além dessas, estão previstas no estado 20 turmas de qualificação de agentes de combate a endemias e uma turma de técnico em Radiologia.

No Centro-Oeste do país, o Centro de Educação Profissional de Saúde da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago tem 28 turmas de qualificação para agente comunitário de saúde em andamento. A escola já identificou que, em alguns municípios, profissionais foram admitidos após o início do curso. “Por isso, temos que pensar uma estratégia para qualificar essas pessoas, que estão espalhadas pelo estado, e buscar uma solução diferente, porque provavelmente não será possível montar uma turma em cada município”, explica Hélia Macedo, coordenadora

pedagógica do curso, anunciando que, por conta disso, as próximas turmas só terão início no próximo ano.

Neste ano de 2012, a escola se prepara para iniciar uma turma do técnico em Saúde Bucal, no município de Uruaçu, e outras cinco dos dois primeiros módulos do mesmo curso, nos municípios de Caldas Novas, Quirinópolis, Silvânia, Jussara e Itumbira. A instituição organiza ainda uma turma piloto, para este ano, do técnico em Citopatologia. “Quando fizemos o levantamento da demanda, descobrimos que no estado de Goiás não existe, na rede própria, um laboratório que atenda essa área. Por isso, formar uma turma, pelo menos, é oportuno para mostrar como é importante ter uma rede própria. Penso que vai causar um grande impacto”, conclui.

No Sudeste brasileiro, a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) planeja iniciar, neste mês de março, uma turma com 20 alunos do curso técnico em Hemoterapia. A Complementação da Qualificação do Auxiliar de Enfermagem, que atende 300 alunos de vários municípios mineiros, já teve início no mesmo mês. Já a Qualificação para Agente Comunitário de Saúde, que terá 23 turmas espalhadas pelo estado, abarcando 828 alunos, está prevista começar em abril. E, em fase de elaboração, encontra-se o curso técnico em Vigilância em Saúde, com seis turmas.

Entre os desafios impostos à escola, aponta a superintendente Fernanda, destacam-se a necessidade de aprofundar a discussão relativa às demandas de formação, com foco no uso mais eficiente dos recursos, e maior articulação entre as áreas da Saúde e da Educação, “em consideração às exigências legais do Ministério da Educação e à perspectiva de integração ensino-serviço do SUS”.

Ainda na região Sudeste, o Centro Formador de Pessoal para a Área da Saúde de Osasco (Cefor Osasco) e o Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS de Araraquara (Cefor Araraquara), em São Paulo, iniciaram no ano passado a habilitação profissional de nível técnico em Saúde Bucal, com um total de 165 alunos. As duas instituições e mais o Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Assis irão ofertar, ainda, a partir do segundo semestre deste ano, 120 vagas da qualificação em auxiliar em Saúde Bucal. Já, o Centro Formador de RH de Pessoal de Nível Médico para a Saúde, de Pariquera-Açu, ofertará a primeira etapa formativa de agentes comunitários de saúde.

Carolina Feitosa, do núcleo de apoio às ETSUS da Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, acredita que as formações tenham impacto positivo, uma vez que as demandas foram apresentadas pelos próprios gestores.

Na região Sul, Leni Granzotto, diretora da Escola de Formação em Saúde (EFOS), em Santa Catarina, vê na ar-

ticulação entre Saúde e Educação uma forma de superar entraves burocráticos que, hoje, atrasam a execução dos cursos. “Existe essa dificuldade de cumprir, na risca, a legislação para a descentralização dos cursos”, observa.

A escola aposta, atualmente, no aperfeiçoamento em Saúde do Idoso, formação em andamento desde outubro do ano passado. “Os municípios solicitam muito a capacitação para o cuidador de idoso. Então, tivemos a iniciativa de qualificar profissionais para atuarem nessa área”, explica a diretora da instituição que oferece ainda, com recursos do programa, desde 2010, o técnico em Enfermagem e, desde novembro do ano passado, a complementação de auxiliares para técnicos em Enfermagem. ■

### Diretrizes para a formação técnica no SUS

As diretrizes e as orientações para a formação dos técnicos em Citopatologia, Hemoterapia, Vigilância em Saúde e Radiologia foram organizadas em cadernos impressos, destinados às escolas técnicas e centros formadores do SUS. Produzidos pelo Ministério da Saúde, com apoio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e participação de instituições educacionais, os quatro documentos, divididos em quatro capítulos, cada um deles, servem de suporte para a implantação dos cursos prioritários no contexto do Profaps.

O ‘Caderno de Citopatologia’, lançado este ano, afirma que a atuação deste profissional se baseia nos conhecimentos das áreas de Citologia e Histologia. As ações deste técnico possibilitam a melhoria da qualidade dos processos, produtos e serviços na rede de laboratórios, afirma o documento.

O ‘Caderno de Hemoterapia’ resgata a história da atenção hemoterápica no país e aponta as necessidades da área, apresentadas na Política Nacional do Sangue, Componentes e Hemoderivados.

O documento destinado ao curso de Vigilância em Saúde destaca que a formação do técnico nesta área tem como premissa atender às responsabilidades dos cinco tipos de vigilância — epidemiológica, da situação de saúde, saúde ambiental, saúde do trabalhador e sanitária.

Já o manual relativo ao técnico em Radiologia define dois eixos estruturantes: processo de prestação de serviços em saúde na área de Radiologia; e bases científicas e tecnológicas para o trabalho em Radiologia, voltadas para o diagnóstico e a terapêutica, considerando a prevenção de agravos, a promoção e a recuperação da saúde.



## No Ceará, cerimônia de encerramento do curso técnico em Saúde Bucal

A Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) realizou, no dia 29 de fevereiro, o encerramento do curso técnico em Saúde Bucal. O evento aconteceu na sede da escola e contou com a participação de autoridades, gestores ligados à área da Saúde Bucal e os 28 trabalhadores da saúde que concluíram a formação. O curso, que teve início em junho de 2010, foi ministrado em quatro módulos estruturados em unidades didáticas, totalizando 1,2 mil horas de aulas teórico-práticas e 600 horas de estágio supervisionado.

Durante a cerimônia, a superintendente da ESP-CE, Ivana Barrêto, parabenizou os novos técnicos e ressaltou a importância que cada um tem para o fortalecimento das ações do Sistema Único de Saúde (SUS) nos municípios aos quais atuam. "O Programa de Saúde Bucal no Brasil é um dos mais avançados do mundo, e isso é um motivo para que cada profissional esteja cada vez mais motivado para progredir em sua carreira", destacou.

Desde 2005, a ESP-CE já formou 1.365 técnicos e 556 auxiliares em Saúde Bucal.



Arquivo ETSUS Ceará

## Na ETSUS Sergipe, formatura dos agentes comunitários de saúde

A Escola Técnica de Saúde do SUS de Sergipe realizou, no dia 18 de janeiro, a formatura de 31 agentes comunitários de saúde. Com 400 horas, o curso foi oferecido no município de Barra dos Coqueiros, localizado a três quilômetros da capital. A cerimônia contou com a participação de estudantes, professores e autoridades municipais. Para Débora Carvalho, assessora pedagógica da escola, a formação é indispensável para o desenvolvimento regional. "Temos como objetivos a melhoria da qualidade do cuidado à saúde e a humanização do atendimento", informa.

### ETSUS Acre promove oficina de nutrição para crianças

No dia 9 de fevereiro, estudantes do curso Técnico em Nutrição e Dietética da Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha, no Acre, realizaram uma oficina de nutrição para crianças. Ao todo, 20 participantes, entre três e onze anos, filhos dos próprios alunos e funcionários da escola, foram contemplados por este trabalho.

A oficina, cujo objetivo foi demonstrar aos pequenos a importância de uma alimentação saudável, dividiu-se em atividades de encenação teatral com fantoches, pinturas, degustação de frutas, verduras e legumes e elaboração de pratos. "As crianças prepararam receitas diferentes, como o hambúrguer vegetariano, experimentaram a comida etc. Tudo em forma de brincadeira", contou a coordenadora da oficina, Larissa Araújo, lembrando ainda que essa foi a primeira experiência nesse sentido realizada pela escola. "O resultado foi muito positivo e pretendemos fazer outras oficinas", anunciou.



Acervo ETSUS Acre

### ESP-CE: agentes comunitários capacitados



Acervo ETSUS Ceará

Entre os dias 17 e 27 de janeiro, a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) concluiu a primeira etapa formativa do Curso de Qualificação em Agentes Comunitários de Saúde, em Fortaleza. Divididos em 18 turmas, 465 estudantes estiveram na escola para entregar as últimas atividades e realizar a avaliação da formação. "Temos como objetivo saber como os estudantes enxergaram todo o processo de aprendizagem e a própria formação. Embora isso seja feito semanalmente, no encontro final, essa avaliação é aprofundada", explica Francélia Sales, coordenadora do curso.

Em abril, está previsto o encerramento da primeira etapa da formação de 200 agentes comunitários dos municípios de Horizonte, Pacajus, Itaitinga, Euzébio, Aquiraz, Chorozinho, Ocara, Pindoretama e Cascavel.

Entre março de 2010 e janeiro deste ano, foram capacitados mais de mil agentes comunitários de saúde do município de Fortaleza. De acordo com Francélia, a segunda etapa já está em construção. No Ceará, trabalhadores de 70 municípios já concluíram esta segunda fase.

### Escola do Ceará realiza oficina de pactuação

No dia 23 de janeiro, a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) realizou a Oficina de Pactuação das Aulas Teórico-Práticas, organizada pelo curso de Complementação da Formação Técnica em Enfermagem. O encontro, cujo objetivo foi planejar as atividades de estágio, que iniciaram em março, referentes à etapa final da complementação das oito turmas que estão em andamento, tratou de temas como distribuição da carga horária, metodologia, espaços para as aulas e distribuição dos alunos em campos de estágio. "Este momento do curso tem grande relevância, pois possibilita a consolidação do conhecimento teórico associado às atividades práticas realizadas em unidades de saúde", explicou Paula Palácio, supervisora pedagógica dos cursos técnicos em Enfermagem da ESP-CE.

No curso, conta, os auxiliares em enfermagem se formam em técnicos para atuarem na área de Saúde comprometidos com a ética profissional do desempenho de suas funções. "Desta forma, podem contribuir com a excelência da atenção à saúde e com a melhoria da qualidade de vida da população cearense", conclui Paula. Deste trabalho, participaram os integrantes da coordenação e da supervisão do curso.



Acervo ETSUS Ceará

### Na EPSJV, conclusão da formação dos agentes de Vigilância em Saúde

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fiocruz, realizou no dia 28 de janeiro a formatura de mil agentes de vigilância em saúde que atuam no município do Rio de Janeiro. Os formandos fizeram parte do Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde (Proformar-Rio), desenvolvido pela EPSJV em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro (SMSDC-RJ). A formação teve duração de 400 horas. O Proformar-Rio tem como objetivo capacitar os agentes para que eles sejam capazes de realizar diagnósticos de situações de saúde e propor intervenções para a melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS).

Além dos estudantes, participaram da cerimônia Mauro Gomes, diretor da EPSJV, Hans Dohmann, secretário municipal de saúde do Rio de Janeiro, Paulo Gadelha, presidente da Fiocruz, e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que destacou a importância do trabalho de coleta de informações realizado pelos agentes para a formulação de políticas públicas de saúde. “Esses profissionais têm uma centralidade grande no SUS porque trazem a compreensão de que aquilo que pode trazer problemas à saúde das pessoas relaciona-se com o trabalho, com a moradia, com o ambiente onde elas vivem e com seu estilo de vida”, observou.

### Cefor Assis prepara oferta de novos cursos

No dia 26 de março, o Centro Formador de Pessoal para a Saúde (Cefor) de Assis, em São Paulo, inicia as quatro turmas do curso de Especialização Técnica em Urgência e Emergência. O curso, como duração de 360 horas, divididas em seis meses, destina-se aos 60 estudantes dos municípios de Assis, Presidente Prudente e Bauru. “O objetivo é melhorar a qualidade da assistência de enfermagem nos serviços de saúde que atendem esta especificidade e ampliar a escolaridade dos profissionais que atuam na área”, conta Iorrani Santos, diretor do Cefor Assis.

Em abril, a escola planeja iniciar o curso de Qualificação de Agentes Comunitários de Saúde. Nesta primeira fase, serão organizadas 19 turmas, com 30 alunos cada, destinadas aos trabalhadores dos departamentos regionais de Saúde de Marília, Bauru, Presidente Prudente e Araçatuba. A formação tem duração de 400 horas.

Já, no contexto do Programa de Formação de Profissional de Nível Médio para a Saúde (Profaps), o Cefor Assis oferecerá cursos técnicos em Vigilância em Saúde, Técnico em Hemoterapia e Auxiliar de Saúde Bucal. A previsão é que esses cursos iniciem no segundo semestre deste ano.

### Da ETSUS Acre, apoio às vítimas da enchente

A Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha, no Acre, realizou uma série de atividades voltadas às vítimas da enchente que afetou mais de cem mil pessoas em todo estado, em fevereiro. No dia 5 de março, alunos do curso de Auxiliar em Saúde Bucal participaram junto à equipe de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde do processo de lavagem, desinfecção e esterilização de instrumentais odontológicos.

O trabalho foi desenvolvido na tenda que oferece serviços de emergência odontológica aos desabrigados alojados no Parque de Exposição Castelo Branco, em Rio Branco.

Ainda, no dia 24 de fevereiro, 28 alunos, a coordenadora Andréia Vasconcelos e os mediadores do curso de Auxiliar em Saúde Bucal Sued Jarude e Raquel Agne promoveram uma ação educativa sobre higiene oral e prevenção contra as cáries, com o objetivo de informar e conscientizar a população a adotar novos hábitos para a melhoria da saúde bucal. A ação envolveu crianças abrigadas na Arena da Floresta. Ao final das atividades, as famílias receberam kits com escovas de dente e creme dental.

Já, entre os dias 20 e 25 de fevereiro, no mesmo abrigo, a escola realizou atividades de saúde com palestras sobre a conscientização quanto ao perigo das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e métodos contraceptivos.



Arquivo ETSUS Acre

### Na ETSUS Piauí, mais técnicos em Vigilância em Saúde capacitados

No dia 21 de janeiro, a Escola Técnica do SUS do Piauí realizou a formatura da primeira turma descentralizada do curso técnico em Vigilância em Saúde. As aulas foram promovidas no município de Floriano, localizado a 400 quilômetros da capital. O curso teve início em setembro de 2009 e 1,6 mil horas de duração. No total, foram 27 alunos formados. A cerimônia de encerramento contou com a participação de professores, estudantes e autoridades municipais.

Estão também em fase de conclusão os municípios de Picos e Parnaíba. Cada cidade tem uma turma de 30 alunos.

### ESP-MG oferece curso de complementação para auxiliares de enfermagem

Profissionais da Prefeitura de Belo Horizonte e da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) participam do curso de Complementação da Qualificação do Auxiliar de Enfermagem para Habilitação em Técnico de Enfermagem, oferecido pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG). São três turmas destinadas aos trabalhadores da prefeitura e duas, aos auxiliares da fundação, totalizando 320 vagas.

Iniciado no dia 12 de março, o curso está organizado em 770 horas, distribuídas em aulas teóricas e estágio, com duração de nove meses. As aulas serão realizadas na sede da escola.

A formação é oferecida com recursos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps) e a previsão é que, em junho, novas turmas sejam abertas.

Vale citar que o material didático, elaborado pela equipe da Diretoria de Educação Técnica da ESP-MG, leva em consideração a realidade da assistência em saúde do estado. "Todas as apostilas contam com textos e legislação atualizados, considerando o cenário epidemiológico atual do estado e do Brasil", relata a enfermeira e coordenadora do curso, Luiza Lisboa.

Sônia Maria Viana, auxiliar de enfermagem há 28 anos e servidora da Maternidade Odete Valadares, em Belo Horizonte, foi selecionada pela Fhemig para fazer o curso de complementação. "Por mais que já tenha muita experiência, é sempre bom se renovar. A área da Saúde apresenta sempre novas técnicas e o curso irá me ajudar a ampliar meus horizontes", acredita.



Arquivo ESP-MG

### Razões da educação profissional no país

Desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a pesquisa 'As razões da Educação Profissional: o olhar da demanda' traçou o panorama das motivações relacionadas ao à formação profissional no país. A partir de dados da Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio (Pnad) 2007 e da Gallup World Poll (base de dados econômicos e comportamentais que envolve 132 países), foram mapeados aspectos como interesse da população por cursos e aproveitamento da capacitação pelas empresas.

Cerca de 75% da população brasileira com 10 anos ou mais nunca frequentaram o ensino profissionalizante. Desses, 68,8% não o fizeram por falta de interesse nos cursos — e não por carência de vagas — e 14,17%, por questões financeiras. Apenas 10,47% alegaram falta de oferta de vagas para a não inclusão no ensino profissional.

As motivações relacionadas à oferta se dividem em falta de escola na região (8,64%), falta de curso desejado na escola existente (1,4%) e falta de vagas nos cursos existentes (0,43%).

Entre os que começaram o curso e largaram, 55% citaram desinteresse e 34%, problemas financeiros ou dificuldades familiares. Apenas 1,9% disseram que o curso era realizado em local distante. O ranking de pessoas que alegaram falta de interesse é liderado pelo estado do Rio de Janeiro (82,19%). Já o Tocantins registrou e menor taxa (53,4%).

No total de egressos dos cursos de educação profissional, 62,58% trabalham na mesma área do curso realizado. Entre os que não trabalham na área, 30,7% relatam falta de vagas e 31,86%, oportunidade melhor de trabalho em setor diferente do curso profissionalizante.

Nos grupos de 15 a 29 anos e 30 ou mais, quanto mais alta é a classe econômica, maior é a frequência em cursos profissionalizantes. Entre os jovens da classe C (nova classe média), está o pico da frequência nesse tipo de formação.